

**ROGÉRIO
SANCHES
CUNHA**

MANUAL DE

DIREITO PENAL
volume único

PARTE GERAL
(arts. 1º ao 120)

2021

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

10ª | revista
edição | atualizada
ampliada



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C972m Cunha, Rogério Sanches.
Manual de direito penal: parte geral (arts. 1º ao 120) / Rogério Sanches Cunha. –
10. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: JusPODIVM, 2021.
768 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-733-1.

1. Direito penal. 2. Parte geral. I. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Índice de Perguntas.....	25
--------------------------	----

Parte 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

► *Capítulo I*

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	33
1. Definição.....	33
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal.....	35
3. Funcionalismo.....	36
4. Categorias do Direito Penal	37
5. “Privatização” do Direito Penal	43
6. As velocidades do Direito Penal	45

► *Capítulo II*

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	47
1. Introdução.....	47
2. Vingança Penal	47
2.1. Vingança divina.....	47
2.2. Vingança privada.....	47
2.3. Vingança pública.....	48
3. Direito Penal na Grécia Antiga	49
4. Direito Penal em Roma.....	49
5. Direito Penal Germânico.....	50
6. Direito Penal na Idade Média	51
7. A Idade Moderna, o período humanitário e o Iluminismo.....	52
8. Escolas Penais.....	54
8.1. A Escola Clássica	54
8.2. A Escola Positiva.....	55

2.3.	Princípios relacionados com o agente do fato	121
2.3.1.	Princípio da responsabilidade pessoal.....	121
2.3.2.	Princípio da responsabilidade subjetiva.....	121
2.3.3.	Princípio da culpabilidade.....	122
2.3.4.	Princípio da igualdade	122
2.3.5.	Princípio da presunção de inocência (ou da não culpa).....	124
2.4.	Princípios relacionados com a pena.....	129
2.4.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana	129
2.4.2.	Princípio da individualização da pena	130
2.4.3.	Princípio da proporcionalidade	130
2.4.4.	Princípio da pessoalidade	130
2.4.5.	Princípio da vedação do “bis in idem”.....	130
▶	<i>Capítulo VI</i>	
	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	135
1.	Introdução.....	135
2.	Tempo do crime	135
3.	Sucessão de leis no tempo.....	136
3.1.	Sucessão de lei incriminadora	137
3.2.	<i>Novatio legis in pejus</i>	137
3.3.	<i>Abolitio criminis</i>	140
3.4.	<i>Novatio legis in melius</i>	141
3.5.	Princípio da continuidade normativo-típica	146
4.	Lei temporária e lei excepcional.....	147
4.1.	Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais	148
5.	Lei penal no tempo: questões complementares.....	148
5.1.	Retroatividade da jurisprudência	148
5.2.	Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco	153
5.3.	Lei intermediária.....	155
▶	<i>Capítulo VII</i>	
	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	157
1.	Princípios aplicáveis e territorialidade	157
2.	Lugar do crime.....	161
3.	Extraterritorialidade.....	162
4.	Pena cumprida no estrangeiro	167

▶ *Capítulo VIII*

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	171
1. Introdução.....	171
2. Imunidades diplomáticas	171
3. Imunidades parlamentares	173
3.1. Imunidade parlamentar absoluta (<i>freedom of speech</i>).....	173
3.2. Imunidade parlamentar relativa	175
3.2.1. Relativa ao foro	176
3.2.2. Relativa à prisão.....	180
3.2.3. Relativa ao processo	184
3.2.4. Relativa à condição de testemunha	185
3.3. Imunidades parlamentares e o estado de sítio	186
3.4. Imunidades do parlamentar licenciado	186
3.5. Imunidades dos deputados estaduais.....	186
3.6. Imunidades dos vereadores	190
3.7. Foro por prerrogativa de governadores.....	193
3.8. Foro por prerrogativa de membros do Ministério Público e da Magistratura.....	195
3.9. Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri	197

▶ *Capítulo IX*

DISPOSIÇÕES FINAIS	199
1. Eficácia da sentença estrangeira.....	199
2. Contagem do prazo	201
3. Frações não computáveis da pena.....	201
4. Conflito aparente de normas.....	201
4.1. Especialidade (<i>lex specialis derogat legi generali</i>)	203
4.2. Subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>)	204
4.3. Consunção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>)	205

*Parte 2***TEORIA GERAL DO CRIME**▶ *Capítulo I*

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME	209
1. Introdução.....	209
2. Infração penal, crime, delito e contravenção penal	210

3.	Diferenças entre crime e contravenção penal.....	212
3.1.	Quanto à pena privativa de liberdade imposta.....	212
3.2.	Quanto à espécie de ação penal.....	212
3.3.	Quanto à admissibilidade da tentativa	213
3.4.	Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira	213
3.5.	Quanto à competência para processar e julgar	213
3.6.	Quanto ao limite das penas.....	213
3.7.	Quanto ao período de prova do <i>sursis</i>	214
3.8.	Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária.....	214
3.9.	Quanto à possibilidade de confisco	214
3.10.	Quanto à ignorância ou à errada compreensão da lei.....	214
4.	Sujeitos do crime	215
4.1.	Sujeito ativo.....	215
4.2.	Vítima e Sujeito passivo	222
4.2.1.	Vítima	222
4.2.1.1.	Classificações de vítimas.....	224
4.2.1.2.	Vitimização	226
4.2.1.3.	Vitimização primária, vitimização secundária e vitimização terciária	228
4.2.2.	Sujeito passivo	229
5.	Objetos (material e jurídico) do crime material.....	234
6.	Classificação doutrinária de crimes.....	237
6.1.	Crime material, formal e de mera conduta	237
6.2.	Crime comum, próprio e de mão própria.....	238
6.3.	Crime doloso, culposo e preterdoloso.....	238
6.4.	Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes	238
6.5.	Crime consumado e tentado	239
6.6.	Crime de dano e de perigo	240
6.7.	Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado.....	240
6.8.	Crime plurissubjetivo e unissubjetivo	242
6.9.	Crime comissivo e omissivo.....	242
6.10.	Crime unissubsistente e plurissubsistente.....	243
6.11.	Crime habitual	243
6.12.	Outras classificações	244
7.	Substratos do crime.....	255

▶ Capítulo II

FATO TÍPICO	257
1. Introdução.....	257
2. Conduta.....	257
2.1. Teoria Causalista	258
2.2. Teoria Neokantista	261
2.3. Teoria Finalista	265
2.4. Teoria social da ação.....	268
2.5. Teorias funcionalistas.....	270
2.5.1. Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Política Criminal.....	271
2.5.2. Funcionalismo Radical, Sistemico ou Monista	272
2.6. Teoria da ação significativa	275
2.7. Características e elementos da conduta	276
2.8. Causas de exclusão da conduta	277
2.8.1. Caso Fortuito ou de Força Maior	277
2.8.2. Involuntariedade.....	278
2.8.3. Coação física irresistível (<i>vis absoluta</i>)	278
2.9. Formas de conduta	279
2.9.1. Quanto à voluntariedade do agente	279
2.9.1.1. Do crime doloso.....	279
2.9.1.2. Do crime culposo	285
2.9.1.3. Do crime preterdoloso	295
2.9.2. Erro de tipo.....	297
2.9.2.1. Erro de tipo x Erro de proibição	297
2.9.2.2. Erro de tipo: espécies	298
2.9.2.3. Erro de tipo: questões complementares.....	306
2.9.3. Quanto ao modo de execução.....	309
2.9.3.1. Crime comissivo.....	309
2.9.3.2. Crime omissivo	309
2.9.3.3. Crime de conduta mista.....	315
3. Resultado.....	316
4. Nexo causal	320
4.1. Conceito.....	320
4.2. Concausas	323
4.3. A teoria da imputação objetiva.....	327
4.3.1. Criação ou incremento de um risco proibido.....	329

4.3.2.	Realização do risco no resultado.....	331
4.3.3.	Resultado se encontra dentro do alcance do tipo.....	331
4.4.	Causalidade nos crimes omissivos.....	332
5.	Tipicidade penal.....	333
5.1.	Evolução da tipicidade penal.....	333
5.2.	Tipicidade conglobante.....	335
5.3.	Espécies de tipicidade formal.....	336
5.4.	Tipo penal: elementos.....	337
5.5.	Tipo penal: modalidades.....	339
▶ <i>Capítulo III</i>		
	ILICITUDE.....	341
1.	Conceito.....	341
2.	Relação entre tipicidade e ilicitude.....	343
3.	Causas excludentes da ilicitude (discriminantes ou justificantes).....	345
3.1.	Estado de necessidade.....	347
3.1.1.	Requisitos do estado de necessidade.....	348
3.1.2.	Estado de necessidade e erro na execução.....	354
3.2.	Legítima defesa.....	354
3.2.1.	Requisitos da legítima defesa.....	355
3.2.2.	Legítima defesa e erro na execução.....	361
3.2.3.	Legítima defesa da honra nos crimes contra a vida.....	362
3.3.	Estrito cumprimento de um dever legal.....	366
3.4.	Exercício regular de um direito.....	367
3.4.1.	A problemática dos “ofendículos”.....	368
3.5.	Consentimento do ofendido.....	369
3.6.	<i>Ticking Bomb Scenario Theory</i> : o emprego da tortura na iminência de um ato terrorista.....	371
4.	Excesso nas justificantes.....	374
5.	Discriminante putativa.....	376
▶ <i>Capítulo IV</i>		
	CULPABILIDADE.....	379
1.	Conceito.....	379
2.	Teorias da culpabilidade.....	381
2.1.	Teoria psicológica da culpabilidade.....	381
2.2.	Teoria psicológica normativa.....	382

2.3. Teoria normativa pura da culpabilidade (extremada e limitada).....	382
2.4. Teoria da coculpabilidade	383
3. A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato	384
4. Culpabilidade formal e material.....	385
5. Elementos da culpabilidade	385
5.1. Imputabilidade.....	385
5.1.1. Causas de imputabilidade	387
5.1.2. A imputabilidade do índio não integrado	395
5.1.3. A emoção e a paixão.....	396
5.1.4. A constatação da imputabilidade	396
5.2. Potencial consciência da ilicitude	397
5.2.1. Erro de proibição.....	399
5.2.1.1. Espécies de erro de proibição.....	401
5.2.1.2. Erro de proibição e erro de tipo	402
5.3. Exigibilidade de conduta.....	402
5.3.1. Coação irresistível	403
5.3.1.1. Requisitos da coação irresistível	403
5.3.2. Obediência hierárquica	405
5.3.2.1. Requisitos da obediência hierárquica.....	406
5.3.3. Dirimentos supraleais.....	407
5.4. Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade.....	410

► *Capítulo V*

PUNIBILIDADE	411
1. Conceito.....	411
2. Causas de extinção da punibilidade.....	412
2.1. Morte do agente.....	414
2.2. Anistia, graça e indulto.....	415
2.2.1. Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados.....	418
2.3. “Abolitio criminis”	421
2.4. Decadência	421
2.5. Perempção.....	423
2.6. Prescrição	423
2.6.1. Conceito	423
2.6.2. Hipóteses de imprescritibilidade	424
2.6.3. Prescrição: fundamentos.....	425
2.6.4. Prescrição: espécies.....	425

2.6.4.1.	Prescrição da pretensão punitiva	426
2.6.4.2.	Prescrição da pretensão executória (PPE)	446
2.6.5.	Prescrição e atos infracionais.....	452
2.6.6.	A prescrição da pena de multa	452
2.6.7.	A redução dos prazos prescricionais (art. 115 do CP)	455
2.7.	Renúncia ao direito de agir	457
2.8.	Perdão (aceito) do ofendido.....	458
2.9.	Retratação do agressor.....	459
2.10.	Perdão judicial	460
▶ <i>Capítulo VI</i>		
	“ITER CRIMINIS”	465
1.	Introdução.....	465
2.	Fases do crime	465
2.1.	Cogitação	465
2.2.	Atos preparatórios	466
2.3.	Atos executórios	466
2.4.	Consumação	468
3.	Crime consumado	469
4.	Da tentativa	470
4.1.	Infrações penais que não admitem tentativa	474
5.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	476
5.1.	Desistência voluntária	478
5.2.	Arrependimento eficaz.....	480
6.	Arrependimento posterior	481
6.1.	Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa	484
7.	Crime impossível.....	487
▶ <i>Capítulo VII</i>		
	CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES	491
1.	Introdução.....	491
2.	Conceito.....	491
3.	Requisitos	492
4.	Formas de praticar o crime quanto ao sujeito	494
4.1.	Autoria (<i>Animus auctoris</i>).....	494
4.2.	Autoria mediata	497
4.3.	Autoria colateral.....	502

4.4. Multidão delinquente.....	503
4.5. Coautoria.....	503
4.6. Participação (<i>Animus socii</i>).....	505
4.6.1. Participação em cadeia e participação sucessiva.....	507
4.6.2. Participação negativa.....	507
5. Concurso de pessoas em crimes culposos.....	508
6. Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	508
7. Punibilidade no concurso de pessoas.....	510
8. Participação de menor importância.....	510
9. Participação dolosamente distinta.....	511
10. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	513
11. Participação impunível.....	514

Parte 3

TEORIA GERAL DA PENA

► Capítulo I

CONCEITO E FUNDAMENTOS DA PENA.....	519
1. Introdução.....	519
2. Finalidades (ou funções) da pena.....	520
2.1. Finalidade da pena no Brasil.....	521
3. Justiça restaurativa, justiça reparatoria e justiça negociada.....	522
4. Princípios informadores da pena.....	531
5. Penas proibidas no Brasil.....	538
6. Penas permitidas no Brasil.....	540

► Capítulo II

APLICAÇÃO DA PENA.....	543
1. Introdução.....	544
2. Fixação da pena privativa de liberdade.....	544
3. Primeira fase de aplicação da pena.....	545
3.1. Culpabilidade do agente.....	549
3.2. Antecedentes do agente.....	550
3.3. Conduta social do agente.....	554
3.4. Personalidade do agente.....	554
3.5. Motivos do crime.....	556

3.6.	Circunstâncias do crime.....	557
3.7.	Consequências do crime	557
3.8.	Comportamento da vítima	558
4.	Segunda fase de aplicação da pena	559
4.1.	Das agravantes.....	560
4.1.1.	Reincidência (art. 61, I).....	563
4.1.2.	Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”).....	568
4.1.3.	Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”)... ..	568
4.1.4.	Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”).....	569
4.1.5.	Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”).....	569
4.1.6.	Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e”)	570
4.1.7.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, “f”)....	570
4.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, “g”).....	571
4.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h”).....	572
4.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”).....	573
4.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”).....	573
4.1.12.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “l”).....	574
4.1.13.	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62).....	575
4.2.	Das atenuantes.....	575
4.2.1.	Menoridade (art. 65, I, 1ª parte).....	577
4.2.2.	Senilidade (art. 65, I, 2ª parte).....	578
4.2.3.	O desconhecimento da lei (art. 65, II)	578
4.2.4.	Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, “a”).....	579

4.2.5.	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, “b”)	579
4.2.6.	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”)	580
4.2.7.	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”)	580
4.2.8.	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, “e”)	584
4.2.9.	Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66).....	584
5.	Terceira fase de aplicação da pena.....	586
5.1.	Concurso (homogêneo) de causas de aumento.....	588
5.2.	Concurso (homogêneo) de causas de diminuição.....	589
5.3.	Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição	590
6.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	591
6.1.	Regime fechado.....	592
6.2.	Regime semiaberto	597
6.3.	Regime aberto.....	598
6.4.	Pena de reclusão.....	599
6.5.	Pena de detenção.....	601
6.6.	Pena de prisão simples.....	602
6.7.	Regime de cumprimento de pena do índio	602
6.8.	Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher	603
6.9.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração.....	603
6.10.	Sistema progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade	605
6.11.	Limite das penas.....	623
7.	Penas e medidas alternativas à prisão	625
7.1.	As penas restritivas de direitos.....	626
7.1.1.	Introdução.....	626
7.1.2.	Restritivas de direitos: espécies	626
7.1.3.	Restritivas de direitos: características	631
7.1.4.	Restritivas de direitos: requisitos.....	632
7.1.5.	Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados)....	634
7.1.6.	Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal.....	635
7.1.7.	Penas restritivas de direitos x crime de roubo.....	636
7.1.8.	Penas restritivas de direitos x crimes militares.....	636

7.1.9.	Penas restritivas de direitos na Lei de Abuso de Autoridade.....	638
7.1.10.	Restritivas de direitos: regras da substituição	639
7.1.11.	Restritivas de direitos: conversão.....	640
7.1.12.	Restritivas de direitos: momento de execução	643
7.2.	A pena de multa.....	644
7.2.1.	Introdução	644
7.2.2.	Aplicação da pena de multa	645
7.2.3.	Pagamento (voluntário) da multa.....	647
7.2.4.	Não pagamento da pena de multa	648
7.2.5.	Cumulação de penas de multa	650
7.2.6.	A multa e a Lei Maria da Penha.....	651
7.2.7.	Pena de multa e prestação pecuniária: distinções.....	651
7.3.	A suspensão condicional da pena (“sursis”).....	651
7.3.1.	Conceito e natureza jurídica	651
7.3.2.	Sistemas.....	652
7.3.3.	Espécies, requisitos e condições.....	653
7.3.4.	Revogação	658
7.3.5.	Cassação.....	660
7.3.6.	Prorrogação.....	660
7.3.7.	Extinção.....	661
7.4.	Livramento condicional	662
7.4.1.	Conceito e natureza jurídica	662
7.4.2.	Requisitos	663
7.4.2.1.	Objetivos	663
7.4.2.2.	Subjetivos.....	668
7.4.3.	Condições	669
7.4.3.1.	Obrigatórias.....	669
7.4.3.2.	Facultativas.....	670
7.4.4.	Concessão e execução	670
7.4.5.	Revogação.....	672
7.4.5.1.	Obrigatória.....	672
7.4.5.2.	Facultativa.....	673
7.4.6.	Prorrogação.....	674
7.4.7.	Extinção.....	675
▶ <i>Capítulo III</i>		
CONCURSO DE CRIMES		677
1.	Conceito.....	677
2.	Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes	678

3.	Concurso material	679
3.1.	Condenação a penas de reclusão e detenção	680
3.2.	Condenação a pena privativa de liberdade e restritiva de direitos.....	680
3.3.	Concurso material e penas restritivas de direitos.....	681
4.	Concurso formal.....	681
5.	Continuidade delitiva.....	685
5.1.	Crime continuado genérico ou comum.....	686
5.2.	Crime continuado específico	690
6.	Questões complementares.....	694
6.1.	Concurso de crimes e prescrição.....	694
6.2.	Concurso de crimes e suspensão condicional do processo.....	694
6.3.	Concurso de crimes e pena de multa.....	695
6.4.	Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais	695
6.5.	Concurso de crimes, prisão preventiva e fiança.....	696
6.6.	Concurso de crimes na execução penal.....	696

► *Capítulo IV*

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	697	
1.	Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança	697
2.	Princípios informadores das medidas de segurança	698
3.	Espécies de medida de segurança	699
4.	Pressupostos da medida de segurança	700
5.	Aplicação das medidas de segurança	702
5.1.	Duração da medida de segurança	702
5.2.	Perícia médica.....	702
6.	Desinternação ou liberação condicional.....	703
7.	Reinternação do agente.....	703
8.	Conversão da pena em medida de segurança.....	704
9.	Internação cível	705
10.	Extinção da punibilidade e medida de segurança	706
11.	Medida de segurança provisória.....	708

► *Capítulo V*

EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	709	
1.	Introdução.....	709
2.	Efeitos extrapenais genéricos	710

2.1.	Tornar certa a obrigação de indenizar.....	710
2.2.	Confisco dos instrumentos e produtos do crime	712
2.2.1.	Confisco em decorrência do tráfico de drogas	715
2.2.2.	Confisco em decorrência da lavagem de capitais.....	717
2.3.	Confisco alargado.....	718
3.	Efeitos extrapenais específicos	721
3.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	722
3.1.1.	Efeitos administrativos da condenação	722
3.1.2.	Efeitos políticos da condenação.....	723
3.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	728
3.3.	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	730
4.	Efeito da condenação na legislação extravagante	732
4.1.	Lei de Tortura	732
4.2.	Lei de Organização Criminosa	732
4.3.	Lei nº 7.716/89 – Preconceito Racial.....	732
4.4.	Lei de Lavagem de Capitais	732
4.5.	Lei de Falência	733
4.6.	Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal	733
4.7.	Lei de Abuso de Autoridade.....	734
▶ <i>Capítulo VI</i>		
	REABILITAÇÃO	737
1.	Conceito e Cabimento	737
1.1.	Assegurar sigilo das condenações	737
1.2.	Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92 do CP).....	738
2.	Requisitos	739
3.	Revogação.....	740
4.	Competência e recurso.....	740
5.	Reabilitação e pluralidade de condenações	740
▶ <i>Capítulo VII</i>		
	AÇÃO PENAL	741
1.	Introdução.....	741
2.	Características do direito de ação.....	741
3.	Condições da ação	742

4.	Classificação da ação penal.....	743
4.1.	Ação penal pública incondicionada	744
4.2.	Ação penal pública condicionada.....	746
4.2.1.	Da representação do ofendido	746
4.2.2.	Da requisição do Ministro da Justiça	749
4.3.	Ação penal de iniciativa privada	750
4.3.1.	Ação penal exclusivamente privada	751
4.3.2.	Ação penal privada personalíssima.....	754
4.3.3.	Ação penal privada subsidiária da pública	755
4.3.4.	Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada.....	756
4.4.	Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP)	759
4.5.	Ação penal nos crimes contra a honra	759
4.6.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	760
BIBLIOGRAFIA		765